



# FOI GOLPE SIM! E DIA 31/8, ELE APENAS COMEÇOU...



**M**edidas anunciadas pelo governo golpista, do miSHELL Temer, atacam direitos trabalhistas e sociais e exigirão muita mobilização, da classe trabalhadora e da sociedade, para que não sejam destruídos. Por isso, é fundamental continuarmos nas trincheiras de resistência

para impedir a retirada de direitos trabalhistas e sociais e impedir o retrocesso nos programas que beneficiam os trabalhadores e as camadas mais empobrecidas da sociedade.

O golpe de 2016 é o maior retrocesso da democracia brasileira nos últimos 52 anos.

## 61 VOTOS CONTRA 54 MILHÕES

No dia 31 de agosto, os brasileiros viveram um dos dias mais tristes e vergonhosos de sua história. Neste dia, um Senado formado por uma maioria corrupta, retirava da presidente Dilma, que não cometeu crime algum, o mandato legítimo de presidenta, conferido por mais de 54 milhões de brasileiros. Estes senhores, com apenas 61 votos, roubaram não um cargo, mas 54 milhões de votos. Foi sacramentado um golpe institucional que feriu, profundamente, a jovem democracia brasileira, instituída em 1985 com o fim da ditadura militar, iniciada em 1964 com outro golpe.

**LEIA MAIS NA PÁGINA 3**

## CAMPANHA SALARIAL

# PETROLEIROS TÊM PRIMEIRA REUNIÃO COM A PETROBRÁS

**O**s representantes, da FUP e seus sindicatos, estiveram reunidos com a direção da empresa no último dia 1º de setembro para tratar do Termo Aditivo ao Acordo Coletivo de Trabalho 2015/2017, renovado ano passado, após uma vitoriosa greve da categoria. O presidente do SINDIPETRO-RS participou da reunião, onde foi apresentada a pauta da categoria, definida durante a 6ª PlenaFUP.

**MAIS NA PÁGINA 3**



# PL 4567: CONTINUA A LUTA, AGORA MAIS DO QUE NUNCA!

**A partir do dia 12 de setembro, os petroleiros tomarão novamente os corredores do Congresso, em Brasília, na sua luta contra a aprovação do PL 4567, em defesa do pré-sal e da Petrobrás.**

O presidente da Câmara, deputado Rodrigo Maia (DEM-RJ) tentou colocar em votação, no último dia 30, o projeto de lei que retira da Petrobrás a condição de operadora exclusiva na exploração do pré-sal. Frente à manobra, enquanto todos

estavam envolvidos com a votação do impeachment da presidenta Dilma, a oposição fez obstrução e o baixo quórum obrigaram o encerramento da discussão, que ficou para retornar à pauta na segunda semana de setembro.

Mesmo com a falta de quórum para votação e do pedido da oposição de retirada de pauta, o presidente da Câmara dos Deputados iniciou a discussão do projeto, de autoria do senador tucano José Serra.

## CRÍTICAS

Além de criticarem a manobra, os deputados que são contra a mudança, reiteraram seu repúdio a medida. Segundo eles, reduzir o

papel da Petrobrás é reduzir o papel do Estado brasileiro na indução do desenvolvimento nacional a partir de um setor estratégico para o desenvolvimento do nosso país.

Também foi frisado que o projeto tucano abre mão da soberania nacional, permitindo que operadoras internacionais ocupem um papel central na extração do petróleo no pré-sal. Denunciaram que se trata de uma manobra nítida para atender o interesse do grande capital que opera as multinacionais do petróleo o que também representa abrir mão de mais investimentos em educação, ciência, tecnologia e na preservação do meio ambiente.

## PDC DO PLEBISCITO DO PRÉ-SAL

Após muito trabalho no Congresso, a FUP e seus sindicatos conseguiram as assinaturas suficientes para apresentar um projeto que propõe um plebiscito para que os brasileiros se posicionem sobre a exploração do Pré-Sal.

O documento - Projeto de Decreto da Câmara (PDC) 507/2016 - foi protocolado dia 30 de agosto, e é subscrito pelos deputados Henrique Fontana (PT/RS), Carlos Zarattini (PT/SP), Chico D'Angelo (PT/RJ), Wadih Damous (PT/RJ), Paulo Teixeira (PT/SP) entre outros parlamentares. Foi necessário garantir pelo menos 171 assinaturas, o mínimo necessário para que o projeto fosse acolhido pela Casa. A proposta é um contraponto ao PL 4567/16, que está prestes a ser votado pelo Plenário da Câmara.

O objetivo do plebiscito é proporcionar que a população se posicione sobre o futuro da maior reserva de petróleo da atualidade. É também uma importante frente de luta para que o Pré-Sal continue sob o controle do Estado, sendo explorado por uma empresa nacional, em benefício do povo brasileiro.

### O QUE PREVÊ O PDC 507/2016

O Projeto de Decreto da Câmara 507/2016 propõe a convocação de um plebiscito nacional a ser realizado em data a ser definida pelo Congresso Nacional, onde o eleitorado brasileiro

seja consultado sobre a exploração do Pré-Sal, através da seguinte pergunta: "Você concorda com a manutenção da Lei 12.351/2010, que assegura à Petrobras a exclusividade na condução e execução de todas as atividades de exploração e produção do Pré-Sal e das áreas estratégicas de petróleo e gás?".



## NÃO SÃO SOMENTE OS PETROLEIROS

Não são somente os petroleiros a alertarem e a lutarem contra a entrega do pré-sal ao capital estrangeiro, com a fragilização da Petrobrás. O Conselho Universitário da UFRGS aprovou, em sessão do último dia 26 de agosto, uma moção de repúdio ao PL 4567. O conselho argumenta que "é obrigação de um governo comprometido com a Nação extrair o máximo valor dos recursos naturais do país para o seu desenvolvimento e qualidade de vida digna e justa para a sua população, garantindo o benefício da riqueza para as gerações vindouras, honrando na sua inteireza o pacto de gerações". O texto, por fim, conclama o Congresso Nacional a não aprovar o PL, horando a representação que lhe foi outorgada pelo povo brasileiro.

## CAMPANHA SALARIAL

No encontro, os representantes apresentaram à empresa proposta de reajuste salarial com ganho real de 5% e demais itens econômicos. A companhia deve se posicionar daqui a duas semanas sobre esta e outras propostas. Os petroleiros também reiteraram, sua posição contrária ao programa de desinvestimentos e cobraram algumas pendências do atual Acordo Coletivo, como a normalização da operação do Benefício Farmácia, o cumprimento dos benefícios educacionais e efetivo além de outras.

**PIDV** - Os petroleiros questionaram a empresa quanto ao Programa de Incentivo ao Desligamento Voluntário (PIDV), que finalizou com mais de 11 mil inscritos, e reiterou suas críticas e preocupações com os impactos da saída destes trabalhadores sem qualquer critério para reposição das vagas.

### TRABALHADORES CONTINUARÃO RESISTINDO

No encontro, os trabalhadores também informaram à empresa que continuarão resistindo ao desmonte da Petrobrás e à entrega do petróleo. Reafirmaram que os problemas financeiros da companhia não precisam ser solucionados com a atual receita que vem sendo aplicada: vender ativos, abrir mão de aportes do governo e flexibilizar a legislação do Pré-Sal.



## PENDÊNCIAS DO ACT

**BENEFÍCIO FARMÁCIA** – o RH informou que a partir da próxima segunda-feira, dia 05, os trabalhadores da ativa poderão solicitar pelo portal da AMS o reembolso dos valores gastos com medicamentos, através de um botão de acesso ao Compartilhado. Os aposentados poderão fazê-lo após o dia 15/9. A FUP cobrou o restabelecimento do modelo do Benefício Farmácia, conforme previsto no Acordo Coletivo;

**ATS DA FAFEN-PR** – apesar de ter sido acordado com a direção da Petrobrás, até o hoje o ATS não foi implementado para os trabalhadores da Fafen-PR. A FUP ressaltou que, o atendimento dessa reivindicação foi crucial para o fechamento da greve de novembro, também que é inadmissível o diretor da empresa que assinou esse compromisso, agora alegar que não tem como cumprir o que foi acordado. Como será possível negociar, ou assinar um acordo, com um diretor que num ano assina um compromisso e não cumpre? Ninguém acreditará que cumprirá qualquer coisa que está negociando;

**EFETIVOS** – mais uma vez foi cobrada a recomposição dos efetivos, as saídas, sem qualquer critério, aumentarão gravemente os riscos de acidentes;

**AUMENTO POR ANTIGUIDADE**- A empresa informou que o processo de aumento por antiguidade, de 2015, foi concluído e todos os que estavam pendentes, foram contemplados;

Foi também cobrado o recálculo do BPO, o convênio com o INSS, além de questões relacionadas ao cálculo dos feriados do turno, que a empresa ficou de responder na próxima reunião.

**TERMO ADITIVO** - A FUP apresentou a proposta de Termo Aditivo que os trabalhadores aprovaram na 6ª Plenafup, em que reivindicam 5% de ganho real e a reposição pelo ICV/Dieese da inflação acumulada desde setembro passado. A Petrobrás informou que responderá na semana de 12 de setembro.

## PROGRAMA DO GOLPISTA TEMER: REJEITADO 4 VEZES NA URNA

Mas se enganam quem pensa que o golpe foi contra Dilma. O golpe foi contra os trabalhadores, os brasileiros mais pobres, os que necessitam de serviços públicos, do apoio do Estado, para beneficiar os empresários, os privilégios do Judiciário e a grande mídia. A farsa ficou escancarada.

O projeto político que está sendo implantado agora no Brasil, é o projeto neoliberal de FHC, do PSDB/PMDB, piorado, que foi rejeitado nas urnas nas últimas quatro eleições e que só tem condições de ser implantado através de um golpe. É um governo sem mulheres, sem negros e, principalmente, sem qualquer legitimidade. Como definiu o

líder do MST, João Pedro Stédile, “a burguesia precisava apenas um governo totalmente seu, para poder implementar seu plano neoliberal e assim recuperar seus lucros e sua acumulação de capital... precisam jogar nas costas do povo, o ônus da crise... para isso é necessário ter controle absoluto de todos os poderes da República: executivo, legislativo, judiciário e a mídia”.

### UNIDOS PODEMOS RESISTIR

Agora, mais do que nunca, precisamos unir forças, todos os setores, para impedir que este golpe se concretize na forma de retirada de direitos e

privatização das mais importantes empresas do país, como a Petrobrás.

Teremos que travar duras batalhas para defender os direitos sociais e trabalhistas, frente a avalanche neoliberal que virá pelo Congresso e que, se aprovadas, retirarão todos os direitos conquistados no último século.

### TAREFA DE TODOS.

O miSHELL não tem legitimidade, seu projeto de governo não foi eleito pelas urnas. Assim, é preciso continuar na luta pelo FORA TEMER e NENHUM DIREITO A MENOS. E isso exigirá muita mobilização, com participação de milhares nas ruas em fortes manifestações populares.

# REUNIÃO COM REFAP RETOMA DEBATE SOBRE JORNADA, DOBRAS E FOLGAS

Nesta segunda (5), o SINDIPETRO-RS reuniu com o RH da REFAP para tratar dos desdobramentos da ação civil pública (nº 0001514-45.2011.5.04.0202) ajuizada pelo Ministério Público do Trabalho (MPT), em agosto de 2011, que tratava da duração e alteração de jornada de trabalho, dobras e folgas.

A reunião, que contou com a participação da assessoria jurídica da entidade, objetivou esclarecer sobre os motivos da empresa apresentar tabelas de turno que, na sua visão, atendem a decisão judicial. O resultado da reunião está sendo divulgado no site da entidade.

## RESPEITO À SAÚDE DO TRABALHADOR

Lembramos que à época, a ação foi no caminho de coibir excessos, comprovados, que vinham sendo cometidos pela REFAP ao longo dos anos. No processo, ficou demonstrado que as jornadas eram prorrogadas de 8 para 10, 12, 16 horas ou mais, num claro desrespeito a leis e normas coletivas.

É bom destacar que esta questão diz respeito à saúde e segurança dos trabalhadores. Tanto que na decisão, de maio de 2013, o juiz frisou tratar-se de

um direito "que era – e ainda é – absolutamente necessário para preservar a saúde física e mental do trabalhador e, assim, garantir-lhe uma vida com um mínimo de qualidade, de dignidade portanto."



## OUTRAS DEFINIÇÕES

A decisão acatou parcialmente a demanda do MPT, mas proibiu, para o regime de turno, jornada maior que 6 horas, salvo acordo com o Sindicato e até o limite de 8 horas. Também decidiu:

- proibir a empresa de alterar unilateralmente o regime de trabalho, pactuado no ACT;
- proíbe a dobra de turno, limitando a 2h ou 4h, em casos excepcionais;
- exige acordo coletivo para paradas de manutenção;
- cumprimento do descanso semanal (cada 7 dias folga de 24h);
- interstício de 11 horas.

Em relação ao interstício e folga semanal, que afetava diretamente o interesse da categoria, o Sindicato consultou o MPT para abrir a possibilidade de suspensão dos efeitos da sentença e negociar com a Empresa, de forma a garantir um melhor atendimento aos interesses e direitos dos trabalhadores, no entanto, ao que parece a justiça optou por não reconhecer a manifestação da categoria.

A expectativa do Sindicato é de que esta questão seja encaminhada da melhor forma possível, garantindo os direitos e priorizando a saúde e o convívio social, dos trabalhadores e das trabalhadoras. Durante os próximos dias estaremos discutindo com a categoria, os encaminhamentos possíveis.

## DIA 7/9, GRITO DOS EXCLUÍDOS

Nesta quarta, dia 7 de setembro, acontece a 22ª edição do Grito dos Excluídos. Em Porto Alegre, a concentração será na avenida Loureiro da Silva, com caminhada até a avenida Ipiranga. A atividade é organizada por sindicatos, centrais, pastorais e movimentos sociais. Este ano o Grito se reveste ainda de maior importância frente às ameaças de retirada de direitos e retrocessos representados pelo golpe que conduziu Temer à presidência. Assim, a atividade deve alertar o povo sobre a gravidade da situação, a necessidade de lutar, para derrubar uma ditadura disfarçada de democracia.

O lema deste ano do Grito dos Excluídos está baseado na fala do Papa Francisco, em encontro com movimentos sociais na Bolívia, no ano passado: "Este sistema é insuportável: Exclui, degrada, mata". A frase trata dos problemas sociais e ambientais do modelo capitalista de produção.

**"A maior defesa que a gente tem é o povo na rua. Eles radicalizaram no ataque à democracia, nós temos que radicalizar na defesa da democracia"** (Plínio de Arruda Sampaio Júnior).



## SEMINÁRIO FUNDOS DE PENSÃO

O SINDIPETRO-RS estará disponibilizando 5 vagas aos associados que desejarem participar do XIII SEMINÁRIO DE PARTICIPANTES DE FUNDOS DE PENSÃO. O encontro será nos dias 9 e 10/9, no auditório da Fetrafi/RS (Rua Fernando Machado, 820, em POA).

O encontro tratará da conjuntura política previdenciária, pública e privada, da nova previdência complementar do servidor público e da repercussão das medidas propostas pelo governo Temer para a previdência complementar e a atuação da ANAPAR.



### Informativo Semanal do SINDIPETRO-RS

Diretoria Resp.: Alexandre, Alfredo, Cadore, Dary, Elida, Deporte, Jader, João Aloisio, Lautert, Lameira, Maia, Marco, Marquetti, Mirian, Neide, Nilson, Orlando, Patrick, Paulo, Quadrado, Russo, Sobral, Terterola e Toni - Jornalista Resp.: Nara Roxo - MTb 4436

Sede: Rua Gen. Lima e Silva, 818, Cidade Baixa, Porto Alegre, RS - Fone(51) 3226.2799

Del. de Canoas: Av. Vítor Barreto, 3288, fone(51) 3472.4622 - Delegado: Lisboa

Del. do Litoral Norte: Rua Deolindo Maggi, 52, fone(51) 3663.2763 - Delegado: Anélio

Contato: secretaria@sindipetro-rs.org.br

Denúncia: denuncia@sindipetro-rs.org.br

